

# letra

o jornal do alfabetizador



MALA DIRETA  
POSTAL  
7380786905 DR-MG  
CEALE/UFMG



ISSN 1808-0650



9771808065041



Belo Horizonte, janeiro/fevereiro de 2009 - Ano 5 - EDIÇÃO ESPECIAL

## Rede Nacional de Formação Continuada

Desafios e perspectivas

# Formação continuada: espaço de convergências

Há 4 anos o MEC criou a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Esta grande Rede integra Centros de Pesquisa de universidades brasileiras, e tem, desde a sua criação, o objetivo de, sistematicamente e de forma contínua, garantir ao professor o direito à formação. Direito do profissional de educação e parte constitutiva da formação profissional, a formação continuada integra, cada vez mais, a cultura educacional das escolas e secretarias de educação.

Nas últimas décadas temos acompanhado uma série de iniciativas dos profissionais de educação em relação a esse direito: formação de grupos nas escolas, intercâmbio entre escolas de uma região, criação de centros municipais e estaduais de capacitação e várias ações de pesquisa e ação educacional de universidades brasileiras. Nessas várias modalidades constatamos que os protagonistas são professores, coordenadores, gestores dos sistemas de ensino e que cada estratégia e âmbito de atuação têm funções diferenciadas numa rede ampla de iniciativas, mas todas têm um ponto em comum: repercutir no cotidiano da escola e nos resultados da educação.

A iniciativa do Ministério da Educação de criar uma Rede Nacional de Formação Continuada promoveu alguns movimentos que convém destacar. O credenciamento de vários Centros de formação, ligados a universidades, que se inscreveram, através de edital público, em várias áreas de conhecimento, fomentou mais ainda o desafio de unir pesquisa e extensão, de estabelecer novas competências nas universidades para a produção de materiais. Materiais especialmente destinados a professores em serviço que, nessa política de formação, têm acesso direto e posse dos textos. Sem dúvida nenhuma, a criação dos Centros ajudou a configurar o maior desafio: pensar instrumentos para a prática.

Instaurou-se, assim, por meio dessa proposta, não apenas mais uma iniciativa voltada para a "capacitação" de professores, mas uma nova perspectiva de formação, o que se evidenciará nas matérias que este *Letra A* apresenta. Passados esses anos de intensa atuação junto a sistemas de ensino municipais e estaduais, esta edição do jornal tem o objetivo de fazer um balanço das atividades desenvolvidas pelos Centros, neste momento em que as atenções se voltam para a continuidade dessas ações

na extensão do Pró-Letramento (língua portuguesa e matemática) para todos os estados brasileiros e na implementação do PAR – Plano de Ações Articuladas. O PAR envolverá os Centros e os materiais elaborados por eles na ampliação da Rede de Formação, que passará a atingir regiões que ainda não foram contempladas com os programas e que tenham indicado como prioridade a capacitação de professores.

Outra dimensão fundamental dos programas desenvolvidos na Rede tem sido a de qualificar a oferta de formação: professores têm direito a uma formação oferecida por universidades e, nesse contexto, as escolas e sistemas de ensino passam a se dirigir a esses Centros, ao invés de responderem a ofertas de mercado.

Podemos dizer que houve avanços nos últimos anos, mas a formação continuada será sempre um desafio: precisamos compreender que a apropriação da formação pelos professores pode nos ajudar a formular novas temáticas de pesquisa e a repensar estratégias de formação. Os novos paradigmas e as ações educacionais não promovem mudanças a curto prazo: os conceitos e alternativas precisam ser experimentados, às vezes descartados, e é o professor que oferece o contraponto e complemento aos nossos ideais de inovação e às políticas públicas educacionais. Sabemos, assim, que há tempos para a produção, para a apropriação de conceitos, tempos para descobrir estratégias de aplicação e é preciso o tempo de ouvir os professores para revitalizar nossas estratégias.

A formação continuada seria, então, o *locus* da convergência: é nela e através dela que podemos articular diferentes políticas educacionais e colocar em perspectiva o alcance das ações do MEC, dos sistemas de ensino e das universidades, refletindo sempre sobre a viabilidade de nossas propostas e utopias. A formação também é o espaço das divergências: nela se cruzam propostas diferenciadas e políticas diversas que encontram na coerência da ação reflexiva entre formadores e professores uma nova unidade. Por isso é um privilégio para nós, formadores, aprender com os professores.

Equipe do Ceale



Para assinar: ([www.ceale.fae.ufmg.br](http://www.ceale.fae.ufmg.br)) ou (31) 3409 6211

## EXPEDIENTE

Reitor da UFMG: Ronaldo Tadiu Pena | Vice-reitora da UFMG: Heloisa Maria Murgel Starling | Pró-reitora de Extensão: Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben | Pró-reitora adjunta de Extensão: Paula Cembraia de Mendonça Vianna  
 Diretora da FaE: Antônia Vitória Soares Aranha | Vice-diretor da FaE: Orlando Gomes de Aguiar Junior | Diretora do Ceale: Francisca Izabel Pereira Maciel | Vice-diretora do Ceale: Maria Lúcia Castanheira  
 Editoras Pedagógicas: Zélia Versiani e Isabel Fraile | Editora de Jornalismo: Tereza Rodrigues (13396/MG) | Diagramação: Alice Barreto e Cristiano S. Magalhães | Reportagem: Andrea Souza, Flávia Moraes, Natália Becattini, Tereza Rodrigues e Vicente Cardoso Junior | Revisão: Heliana Maria Brina Brandão

O Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) é um órgão complementar da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha - CEP 31 270 901 Belo Horizonte - MG  
 Telefones (31) 3409 6211 / 3409 5334 | Fax: (31) 3409 5335 - [www.ceale.fae.ufmg.br](http://www.ceale.fae.ufmg.br)



# Formação continuada: reflexões



Foto: Andrea Rodrigues

...> Júlio Emílio Diniz-Pereira é professor do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação da UFMG e membro-fundador do Núcleo de Pesquisas sobre a Profissão Docente (PRODOC).

Para iniciarmos a discussão sobre o tema da "formação continuada de professores", não podemos nos esquecer do princípio da *indissociabilidade* entre formação e condições adequadas para o trabalho docente (salários dignos, autonomia profissional, dedicação exclusiva a uma escola, pelo menos um terço da jornada de trabalho para planejamento, reflexão e sistematização da prática, estudos individuais e coletivos, salas de aula com um número reduzido de alunos). Do contrário, poderíamos assumir, de um lado, que tudo de ruim na educação escolar vem dos professores e de sua "má formação" (*tese da culpabilização*) ou, de outro, que os docentes nada têm a ver com os problemas atuais da escola, sendo, portanto, apenas vítimas de um sistema

social e educacional perverso e excludente (*tese da vitimização*). Tais posições – a primeira adotada, em geral, pelas secretarias de educação e a segunda pelos sindicatos dos professores – são pouco produtivas e em nada contribuem para o debate.

A formação continuada que conhecemos, na maioria das vezes, ocorre em ações isoladas, pontuais e de caráter eventual. Portanto, trata-se de uma formação mais "descontínua" do que propriamente "contínua". Ainda predomina uma visão que privilegia a oferta de cursos de curta duração – atualização, aperfeiçoamento ou, até mesmo, "reciclagem" (*sic*) – ou de pós-graduação *lato sensu* em que os temas e os conteúdos ali tratados não necessariamente refletem as necessidades formativas dos docentes. Ainda que os certificados de participação nesses cursos possam significar um pequeno aumento percentual em seus já baixíssimos salários, geralmente, não trazem muitos ganhos para a sua prática em sala de aula.

Em contraposição a essa visão, discute-se, hoje, a ideia do "desenvolvimento profissional" como uma concepção de formação não dissociada do próprio trabalho docente. Dessa maneira, se garantidas as condições adequadas de realização desse trabalho, concebe-se a escola como um *locus* privilegiado, um espaço de construção coletiva de saberes e práticas. A participação dos sujeitos nesse processo de construção é considerada, por si só, algo extremamente formativo. Tem-se, então, a ideia da escola como um "projeto" permanentemente em construção e os sujeitos que dele participam se formam coletivamente nesse processo.

Por fim, é importante ressaltar que a pesquisa – sobre a escola, o currículo, a sala de aula, os processos de ensino-aprendizagem, com métodos e instrumentos da pesquisa qualitativa para resolver problemas da prática pedagógica – é uma atividade fulcral nesse tipo de formação e desenvolvimento profissional.

Isabel Alice Lellis é professora do Programa de Pós-Graduação da PUC-Rio, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Professor e o Ensino (GEPPE).



Muito se tem escrito e falado sobre a necessidade da formação continuada de professores para a construção de uma escola de qualidade.

O sociólogo português, Rui Canário, afirma que a experiência vivida continua a representar o principal referencial no que diz respeito à problemática da formação de professores. Esse autor fala da revalorização epistemológica da experiência e dos modos de sua tradução curricular no nível da formação. Na base da sua argumentação, subjazem duas teses: primeiro, a de que os professores aprendem sua profissão nas escolas e a segunda, que decorre da primeira, é a de que o mais importante na formação é saber aprender com a experiência.

Tradicionalmente, temos concebido a formação inicial e a formação contínua como se fossem duas etapas complementares, estanques e articuladas de modo linear. E mais, a formação inicial é pensada a partir de um paradigma de

racionalidade técnica, expressa em uma hierarquia assim delineada: saberes científicos mais saberes pedagógicos mais momentos de prática, entendida como aplicação.

Dessa ideia decorre uma outra imagem: a formação continuada irá preencher as lacunas da formação inicial através de um conjunto de conhecimentos acadêmicos. Por essa perspectiva, ignora-se tanto a dimensão artística e reflexiva do trabalho do professor, como também as condições sociais e organizacionais em que o trabalho pedagógico é exercido.

Para Canário, a formação é inerente a todo o itinerário profissional vivido e caracteriza-se, hoje, pela passagem de uma relação de previsibilidade quanto ao mundo da escola para um outro tipo de relação, marcado pela incerteza. Nessa mudança, não cabe mais a ideia da transferência, quase automática, dos conhecimentos obtidos na formação para a prática da instituição escolar.

Para o autor, a incerteza da relação formação e trabalho decorre de fenômenos atuais: a mobilidade profissional, a rápida obsolescência da informação e as mudanças nas organizações. Isso significa que, ao longo do ciclo profissional, as pessoas mudam suas qualificações, constroem uma combinatória de competências, mudam de ambiente de trabalho, alteram suas funções.

A formação, cada vez mais, deixa de ser pensada como um somatório de conhecimentos, competências e habilidades trabalhados em espaços formais ou como capacitação individual e orienta-se para a formação de equipes de trabalho que se atualizam em exercício.

como esse tempo será utilizado e se ele permitirá que os professores realmente aprendam a partir de reflexões sobre suas experiências nas salas de aula.

Os professores precisam se engajar em discussões de cunho profissional com seus pares para trocarem experiências e aprenderem uns com os outros. Essas oportunidades de aprendizado são especialmente importantes para os professores iniciantes que ainda têm muitas questões a respeito de seu trabalho. Isso estimula esses professores a buscar respostas que dificilmente alcançariam por si mesmos. O desafio que se impõe diante de nossa profissão é que educadores potencialmente brilhantes estão deixando as salas de aula porque não têm tempo para se engajar nas discussões acima referidas.



Foto: Acervo Pessoal

...> Carol N. Dixon é professora e vice-diretora da Gevirtz Escola Superior de Educação da Universidade da Califórnia, na cidade de Santa Bárbara (Gevirtz Graduate School of Education da University of California).



Foto: Acervo Pessoal

Existe o mito de que *bons professores não são feitos, já nascem prontos*. Se fosse verdade, poderíamos fechar todos os programas de formação e simplesmente desenvolver testes para identificar os que "nasceram para ensinar"! A verdade é que a formação de um bom professor envolve tempo e trabalho árduo.

Evidências indicam serem precisos, no mínimo, de três a cinco anos para um professor aprender ou se adaptar a novas formas de trabalhar com o aluno, seja qual for sua disposição ou seu entusiasmo. Os programas de formação de professores

podem apenas introduzir o professor na tarefa de ensinar. Em seguida, esse professor deve ser capaz de aprender a partir de suas próprias lições, e esse processo deve ser constante para o resto de sua vida. Se um professor não for também um aprendiz, certamente, não será capaz de ensinar de fato.

Os programas de desenvolvimento profissional para professores devem levar em conta o fator tempo. Em vez de planejar as atividades de desenvolvimento profissional para um semestre, ou mesmo para um ano, os responsáveis por esses programas deveriam se perguntar: "Como queremos que o ensino seja daqui a cinco anos?" Em seguida, deveriam desenvolver uma estratégia de progressão temporal para atingir essa meta.

Um ponto igualmente importante a ser considerado é



# Aprendizado contínuo

A formação continuada deve atualizar e orientar o professor sobre as mudanças na educação, sem desvalorizar a sua prática

(VICENTE CARDOSO JÚNIOR)

Há cerca de três anos, em um curso de especialização, Kátia Ferreira e Renata Peixoto, professoras da rede municipal de Uberlândia (MG), notaram que uma exploração mais efetiva da diversidade de gêneros textuais na alfabetização era uma carência nos seus próprios trabalhos e nos de suas colegas. "Nós percebemos que isso já estava na teoria, já aparecia nos Parâmetros Curriculares Nacionais, mas não estava sendo aplicado na sala de aula. Não de forma abrangente como achávamos que deveria ser", conta Renata Peixoto. Estudando e discutindo o tema, as duas decidiram criar uma proposta sistematizada para o ensino de Português a partir desse eixo. O resultado foi o curso Gêneros Discursivos: uma proposta de aproximação do ensino da Língua e sua aplicabilidade, que elas elaboraram e que, há dois anos, foi integrado pelo Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (Cemepe), órgão da prefeitura de Uberlândia que oferece formação continuada aos profissionais da rede municipal de ensino.

Ao participarem desse curso, os professores tomam contato com teorias e estratégias de ensino que ainda não conheciam ou não aplicavam, mas que estão alinhadas com o momento atual da educação. "As avaliações propostas pelo governo e os novos materiais didáticos têm contemplado essa questão dos gêneros, o que mostra que estamos mesmo no caminho certo", avalia Kátia Ferreira.

Segundo Belmira Oliveira Bueno, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), a formação continuada deve preparar o professor para acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade e no campo da educação. "No passado, essa não era uma necessidade imperiosa, mas hoje não é possível pensar no profissional da educação sem esse aperfeiçoamento constante." Muito mais do que compensar falhas de uma formação inicial deficitária, a formação continuada deve direcionar a prática do professor para os novos programas e modelos que governo e sociedade propõem para a escola.

Em outubro de 2008, Kátia e Renata participaram do Pró-Letramento, programa de formação continuada do MEC para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura e escrita e da matemática nas séries iniciais do ensino fundamental. Foi Rosimeire Reis, uma das formadoras do Ceale, quem ministrou o curso do Pró-Letramento em Uberlândia. Ela afirma que o resultado foi muito positivo: "onde já existe uma cultura instalada de que a capacitação e a busca contínua do saber são fundamentais para o trabalho do professor, o curso se desenvolve melhor". O reconhecimento dessa formação permanente como um direito do professor é um passo importante para a garantia de uma educação de qualidade. Segundo Renata Peixoto, a formação continuada faz o professor se sentir mais capaz e confiante no seu trabalho. "Quando você tem esse embasamento teórico e consegue apresentar resultados, fica mais seguro para defender seu trabalho diante de um supervisor, dos pais ou de um colega."

## Diálogo entre teoria e prática

Lúcia Fernanda Pinheiro Barros, formadora do Ceale há cerca de quatro anos, diz que o ideal é que a formação continuada parta das experiências dos professores em sala de aula. "Nós perguntamos se eles acham que está funcionando daquela maneira, se percebem alguma necessidade de mudança e, então, partimos para uma discussão mais produtiva." É importante que o professor receba uma base teórica que vá orientá-lo de acordo com a proposta da formação. Em um curso que aborde as capacidades básicas a serem desenvolvidas na aquisição da leitura e da escrita, por exemplo, é essencial o contato com as teorias sobre o desenvolvimento da linguagem e com os conceitos

de alfabetização e letramento. Além disso, o professor também deverá conhecer sugestões de atividades para identificar o estágio em que cada aluno se encontra e estratégias para desenvolver cada uma das habilidades descritas pela teoria.

Para uma aplicação bem sucedida desses conceitos e atividades, é importante um diálogo constante entre o formador e os cursistas. "A teoria é explicativa, não prescritiva. E o acúmulo de teorias não responde de imediato as dúvidas se o professor não parar para refletir, discutir, trocar idéias e experimentar diferentes caminhos", afirma Belmira Oliveira Bueno.

O acompanhamento do professor que recebe a formação continuada se mostra um aspecto fundamental para o sucesso da política. Para a vice-diretora do Ceale, Maria Lúcia Castanheira, manter o diálogo após o curso é benéfico "tanto para o professor, que demanda e deseja a continuidade do contato com o formador; quanto para quem formula os cursos, para que se possa conhecer a real repercussão dessa formação na sala de aula". Nesse sentido, os cursos ao longo do semestre ou do ano tendem a ser mais produtivos do que os que se concentram em uma semana de trabalhos intensivos, pois o professor pode verificar, no decorrer da formação, se sua prática está realmente se alterando de forma positiva.



## Formação ininterrupta

Uma formação continuada de qualidade requer tempo e motivação. Mas, na realidade do ensino público brasileiro, baixos salários e jornada de trabalho muitas vezes dobrada aparecem como aspectos adversos para que os professores tenham uma dedicação satisfatória. Além disso, a formação inicial, recebida nas escolas normais ou nos cursos superiores, ainda não é considerada a mais adequada. No entanto, mesmo nessas condições, muitos professores demonstram desejo de desenvolvimento profissional e procuram capacitação, que pode se dar de várias maneiras: pela educação à distância, em cursos presenciais, grupos de estudos ou mesmo por fóruns de debate na internet. "A formação continuada não precisa se limitar a um formato exclusivo. Pode-se construir uma diversidade de modelos e de projetos. O fundamental é que ela se estenda ao longo de toda a vida profissional", ressalta Belmira Oliveira Bueno.

Dentre as várias alternativas, aproveitar o convívio dentro da própria escola pode ser uma estratégia eficaz para a formação contínua. Se o grupo de professores se reúne frequentemente para discutir questões como o projeto pedagógico da escola, a escolha do livro didático ou suas práticas em sala de aula, a troca de experiências e a reflexão conjunta são fortalecidas. Muitas vezes, a solução para o problema de um professor pode ser encontrada na sala ao lado.

Para organizar e qualificar o diálogo entre os colegas, é importante que alguém tome a liderança nessa formação, papel que pode ser assumido pelo coordenador-pedagógico da escola. "Muitas vezes, esse profissional tem sido deslocado para funções burocráticas, mas é importante que ele se torne uma referência maior para o projeto pedagógico da escola e para a articulação da equipe", afirma a Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais, Vanessa Guimarães Pinto.

## Projeto claro e bem articulado

"Às vezes, o professor faz um curso de formação continuada X que fala uma coisa, e faz um curso Y que fala outra coisa. Mas se os cursos não 'falarem a mesma língua', o professor acaba ficando perdido." Para Renata Peixoto, da rede municipal de Uberlândia, a formação continuada deve ser pensada de modo articulado, para que haja condições de aplicar em sala de aula tudo o que foi passado e "isso reflita em resultados efetivos na aprendizagem dos alunos". Por isso, a formação deve dialogar com os outros programas e ações que o governo oferece como subsídio ao trabalho do professor. Assim, ele pode perceber que todos são orientados por princípios comuns e fazem parte de um mesmo projeto de educação.

Na Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, a capacitação é encarada como um trabalho cotidiano. Isso porque, segundo a secretária Vanessa Guimarães, qualquer nova ação do governo vem sempre acompanhada de treinamento dos profissionais envolvidos. "Na educação não se faz introdução de idéias, de metodologia, de tecnologia ou de qualquer política sem a capacitação dos agentes. Isso é feito em larga escala e consome dois terços da verba de qualquer programa." Se o professor recebe um novo instrumento para seu trabalho, como, por exemplo, uma avaliação diagnóstica da alfabetização, precisa se conscientizar da importância dessa ferramenta e aprender como incorporá-la a suas práticas, o que demanda uma capacitação específica.

Além da formação contínua, é preciso garantir ao professor uma orientação clara sobre seu trabalho. "Os currículos devem ser uma referência precisa, com os programas de cada disciplina e de cada ano bem definidos, para que o professor saiba com clareza as expectativas de desempenho e os conteúdos básicos para cada etapa escolar", afirma a secretária de Educação de Minas Gerais. Com uma boa orientação sobre os rumos que seu trabalho deve tomar, o professor se torna cada vez mais capacitado e comprometido com as metas da Educação Básica no país.

## O REGENTE DA FORMAÇÃO CONTINUADA

O formador tem um papel crucial para garantir o sucesso da educação continuada: é ele quem deve transpor para a realidade das salas de aula as formulações teóricas e orientações elaboradas por pesquisadores e outros especialistas da educação. "Ele precisa descobrir um elo entre o que a gente tem a oferecer e sabe que é importante e aquilo que o professor está buscando", afirma Maria Lúcia Castanheira. Para isso, é fundamental que o formador tenha uma postura de observador e interlocutor, e não de detentor de uma verdade. "Entender os desafios que o professor tem enfrentado e valorizar o conhecimento que ele adquiriu em suas práticas são atitudes fundamentais para guiar uma formação", aponta a vice-diretora do Ceale.

Para Rosimeire Reis, é possível perceber, muitas vezes, que os professores já desenvolvem práticas alinhadas com o que a formação continuada propõe, e é importante que eles vejam seu trabalho valorizado. Isso não significa, no entanto, que novas reflexões não possam ser proporcionadas. Por meio de novas perguntas sobre a prática, é possível descobrir perspectivas mais aprofundadas para retomar as atividades em sala de aula. "O professor tem que passar a se indagar: 'eu já realizei uma atividade semelhante, mas por quê? O que isso tem me proporcionado, exatamente? Eles percebem que estão num caminho certo, mas que precisam dessa orientação teórica para um trabalho mais sistematizado'".

A obtenção de resultados positivos depende também da coerência das orientações e da metodologia em que a formação se baseia. "Não adianta querer ensinar o professor a dar uma aula mais dinâmica, aberta ao debate, se o modelo do curso é fundamentalmente transmissivo", afirma Maria Lúcia Castanheira. "Não pode haver contradição entre o espaço da formação e o espaço que se quer construir na sala de aula", completa.



# Ações articuladas

Novos planos do Ministério da Educação visam a conexão entre as ações para a melhoria da educação brasileira (FLÁVIA MORAES)

Não é tarefa fácil definir os fatores que contribuem, de modo efetivo, para uma educação de qualidade. No entanto, identificá-los e desenvolvê-los de modo articulado e cooperativo tem sido a meta de vários governos mundo afora. No Brasil também. De acordo com Marcelo Soares, diretor de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica do MEC, esses fatores estão principalmente relacionados a: *gestão educacional; formação de professores e profissionais da escola; prática pedagógica e avaliação; e infra-estrutura física e recursos pedagógicos.*

Com base nesses quatro eixos e em 28 diretrizes, os municípios brasileiros têm sido incentivados pelo Ministério da Educação, desde 2007, a elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR). Mais de 75% dos 5563 municípios que aderiram ao PAR já estavam com seus planos concluídos no final de 2008. Os locais que apresentam menores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – índice que mede a qualidade do sistema educacional – têm recebido consultoria especial do MEC e prioridade na execução dos planos.

Para a elaboração do PAR, secretários de educação de cada município reúnem-se com os diretores de escolas locais, professores, coordenadores pedagógicos e outras pessoas envolvidas com as questões educacionais. Assim, são definidas as ações em prol da melhoria do ensino que, na cidade, devem ter prioridade no orçamento.

O procedimento é feito através da análise de 52 variáveis encontradas em um programa disponibilizado pelo Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (Simec) no site do MEC. As reivindicações podem ser referentes à estrutura física e pedagógica das escolas – como a construção de quadras, laboratórios de ciências e instalação de internet –, à gestão financeira dos sistemas de ensino, ao aperfeiçoamento da equipe, ou mesmo à orientação sobre os programas de avaliação realizados pelas instituições.

Elaborado para ser desenvolvido em cinco anos, o plano de cada cidade deve ser revisto anualmente, possibilitando a alteração e a inclusão de ações. Para Marcelo Soares, é importante que as prefeituras façam seus planejamentos de acordo com o que foi identificado no sistema. “O PAR faz um diagnóstico da realidade do município, identificando quais são os principais pontos de estrangulamento. A partir dessa identificação, é estabelecido como esses nós serão desatados nos próximos anos, e de que forma o MEC poderá auxiliar nessa tarefa”, explica.

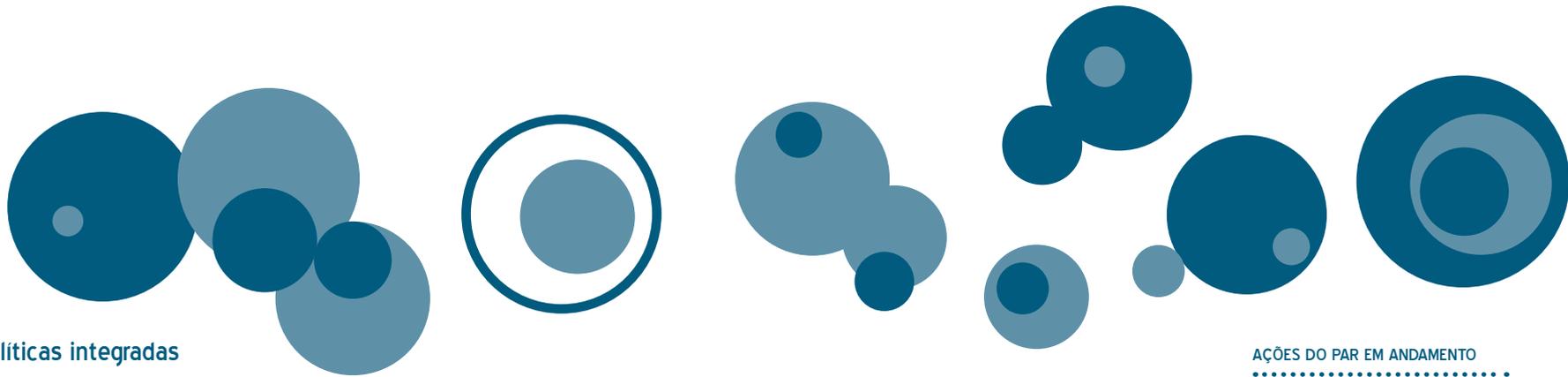
O Plano de Ações Articuladas integra o Sistema Nacional de Formação de Professores e tem como objetivo principal “unir o que já existe na área de formação e aquilo que vier a ser criado, para que seja alcançada uma visão sistêmica, integrada e articulada das ações educacionais”, afirma Marcelo Soares.

## Demandas

Uma das principais solicitações feitas através do PAR tem sido a formação continuada de professores. No MEC, uma equipe é responsável por verificar os Planos dos municípios que se enquadram em algum programa que o Ministério já possui e que cubra a demanda. Os cursos oferecidos pelos Centros envolvidos na Rede Nacional de Formação Continuada são aproveitados; e alguns programas já existentes precisam ser adaptados para cada realidade, como o *Pró-infantil* – destinado a professores do ensino infantil –, *Pró-Letramento* – que atende docentes das séries iniciais do ensino fundamental – e o *Gestar* – voltado para professores de Língua Portuguesa e Matemática do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Outros programas estão em fase de formulação.

Os maiores colaboradores do MEC nas medidas de formação continuada são os Centros de pesquisa, como o Ceale, em diversas universidades do país. Eles são responsáveis pela coordenação dos cursos e pela elaboração do material didático e das propostas pedagógicas. Com o aumento do número de municípios a serem contemplados com cursos de formação, o plano é expandir também o número de Centros parceiros. Grande parte dos trabalhos já demandados tem o prazo de um ano. No Centro de Educação Continuada em Educação Matemática, Científica e Ambiental (Cecemca), ligado à Universidade Estadual Paulista (Unesp), por exemplo, a previsão é de que, até o final de 2009, cerca de 2.500 professores recebam formação continuada pelo PAR.

Para a realização da formação, a maioria dos Centros tem utilizado materiais produzidos a partir de 2003. No Ceale, as coleções *Alfabetização e Letramento* e *Instrumentos da Alfabetização* estão disponibilizadas para as demandas do PAR. Maria da Graça Costa Val, pesquisadora do Ceale que coordenou a elaboração da primeira coleção, defende que a reflexão proposta pelos materiais precisa abordar, ao mesmo tempo, fundamentos teóricos e práticos da sala de aula e que cada docente deve adaptar o que aprendeu no curso às necessidades de suas turmas. “É importante que os professores entendam que não se trata de transpor para a sua turma exatamente as atividades propostas nos Cadernos, mas, sim, de compreender o procedimento pedagógico, para que, a partir disso, eles possam elaborar suas atividades de acordo com os patamares de conhecimento em que se encontrem seus alunos”, orienta.



## Políticas integradas

O Pró-Letramento é um dos programas oferecidos pelo PAR que já vem sendo desenvolvido pelo MEC desde 2005, com a criação da Rede Nacional de Formação de Professores. Através dele, os professores recebem capacitação em Alfabetização/Linguagem e Matemática nos cursos ministrados por tutores formados pelos Centros de formação.

Como é difícil formar, ao mesmo tempo, todos os professores de um local, a alternativa encontrada no Pró-Letramento foi formar um professor-tutor para cada vinte professores que fazem os cursos (chamados de cursistas), qualificando-os para a formação de sua rede de ensino. "Todo o trabalho realizado é acompanhado pela equipe do Programa, que tem a intenção de atingir todos os professores de uma rede. É um dos maiores programas em termos de universo de atendimento na política de formação continuada do país", declara a coordenadora do Pró-Letramento no Ceale, Ceris Ribas.

Os materiais dos cursos de formação discutem variados temas, como o currículo da alfabetização, o ensino da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental e as políticas públicas relacionadas ao ensino da língua escrita nas escolas. Uma delas é o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) desenvolvido para incentivar a discussão sobre a escolha dos livros didáticos usados nas salas de aula. "Há um fascículo do material de formação do Pró-Letramento que aborda esse tema, pois é importante que seja discutida a proposta pedagógica dos livros relacionada aos conteúdos curriculares ensinados e também aos programas do Governo Federal que distribuem material didático, para que essa escolha seja feita de forma reflexiva e consciente com a proposta da escola", explica Ceris Ribas.

Da mesma forma, as ações de formação do Ceale implementadas com as suas duas coleções procuram integrar as políticas. Para a coordenadora do setor de Formação Continuada do Ceale, Isabel Frade, na discussão com os professores, tanto os materiais quanto as atividades de formação devem abordar a política do livro didático e a análise das atividades presentes nas coleções que são utilizadas nas escolas públicas brasileiras. "Nos momentos de formação também devem ser estabelecidas relações entre a *Provinha Brasil* e os instrumentos diagnósticos propostos na coleção *Instrumentos da Alfabetização*".

Outra política articulada com a formação continuada de professores é o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que, desde 1997, promove o acesso a práticas de leitura com a distribuição, nas escolas públicas, de obras literárias, paradidáticas e de apoio à formação docente. As aulas dos cursos de formação continuada ensinam situações ideais para que tutores e cursistas discutam a organização dessas obras na biblioteca escolar, e de que maneira elas podem ser usadas para melhorar o aprendizado dos alunos. Adriana Vieira, uma das responsáveis pela elaboração do capítulo sobre *Organização e uso da biblioteca escolar e das salas de leitura* no

material do Pró-Letramento produzido pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), conta que as dificuldades dos profissionais de ensino em relação ao uso da biblioteca sempre foi uma preocupação dela e das outras três pesquisadoras envolvidas na produção do material. "O objetivo é conscientizar os professores em formação continuada sobre a importância da biblioteca, incentivando o trabalho de estímulo da leitura e o prazer das crianças em relação aos livros".

Na coleção *Alfabetização e Letramento*, o caderno "A escolha do livro didático de português" é voltado especificamente para a discussão de critérios para a escolha desse material. A grande quantidade de documentos e programas existentes na área da educação, porém, costuma deixar os professores confusos quanto às inter-relações entre eles. "Nesses momentos, é preciso mostrar a coerência teórica e metodológica entre propostas que parecem conflitantes", afirma Graça Costa Val. O objetivo da integração dessas ações é dar maior segurança para o professor e para toda a escola, que deve definir seu projeto pedagógico e trabalhar para realizá-lo da melhor maneira. Assim, a formação continuada se apresenta como importante instrumento para demonstrar como ocorre a articulação entre esses programas.

## Construindo interações

A articulação entre ações das esferas municipais, estaduais e federal nem sempre é fácil. Segundo a pesquisadora Bernardete Gatti, da Fundação Carlos Chagas, os modos de implementação e de divulgação de alguns programas não favorecem a clareza dos professores quanto à sua articulação teórica e metodológica. Além disso, algumas políticas possuem orientações divergentes ou mesmo sobrepostas. Para ela, o PAR contribui para a articulação no nível do financiamento, mas algumas iniciativas se encontram muito centralizadas pelo MEC, o que pode gerar grande burocracia no atendimento das demandas. "Poderiam acontecer mais ações imediatas nos municípios mediante o apoio do governo federal, em que as verbas seriam repassadas justamente para isso. A formação feita pelos Centros, por exemplo, é muito interessante porque acontece *in loco*, com metas claras. É preferível essa redistribuição a ações muito centralizadas", analisa.

Para Marcelo Soares, do MEC, muita coisa está sendo feita, embora o caminho a ser percorrido ainda seja longo. "Em busca desse avanço é que o incentivo aos cursos de formação continuada de professores pelo Ministério e às outras ações presentes no PAR é importante para a educação do país", afirma. Assim, é preciso que toda a sociedade esteja consciente de que ações isoladas não ajudam tanto a melhorar a qualidade educacional quanto medidas que levem em conta o ensino como um verdadeiro sistema, em que a articulação das ações é fator fundamental para o seu bom funcionamento.

## AÇÕES DO PAR EM ANDAMENTO

"O PAR pretende incentivar e fortalecer a oferta de cursos de formação continuada não somente em áreas tradicionais, como matemática e português, mas também em geografia, história, química, física, biologia, educação física e artes", afirma Marcelo Soares.

No Cecemca, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), a formação é voltada para matemática e ciências (aspectos ambientais e geográficos). O Centro, que já começou a formação de professores nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, é responsável, ainda, por Amazonas e Piauí. Segundo a gestora Maria Isabel Castreghini de Freitas, no Cecemca, vários tutores que hoje atuam na formação do PAR já trabalharam para o Pró-Letramento na área de matemática. "Muitos deles já tiveram essa vivência de formar, ganharam confiança e habilidade no trabalho, sendo capacitados para continuar o vínculo com o Centro de formação", diz a gestora.

Assim como o Cecemca, o Ceale é responsável pelos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Maria Isabel conta que, por isso, as equipes dos dois Centros têm estabelecido contato para trocar experiências. O tempo escasso, porém, impõe limites para um diálogo mais aprofundado e um resultado satisfatório: "Tudo é um processo. Se as atuais formações forem consolidadas, com maior tranquilidade as futuras serão realizadas. Isso facilitará as interações com outros Centros", acredita Maria Isabel.

# Formação em rede

Com o objetivo de aperfeiçoar a prática dos professores, a Rede Nacional de Formação Continuada busca qualificar, cada vez mais, os serviços prestados aos sistemas de ensino (ANDREA SOUZA)

"Eu me lembro de cursar a 1ª série e ouvir as professoras perguntarem umas às outras se já haviam passado pela reciclagem". Formadora há 15 anos, Neide Keiko Cappelletti conta que reciclagem era o termo empregado na década de 1970, no Brasil, para se referir aos cursos de formação de professores. Hoje, ela atua no Centro de Formação Continuada, Desenvolvimento de Tecnologias e Prestação de Serviços para as Redes Públicas de Ensino (Cefortec) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná. Para ela, a mudança da terminologia, por si só, já representa um avanço nos conceitos de formação e políticas públicas educacionais. "Nomes como 'reciclagem' e 'capacitação' passam a idéia de que o professor deve jogar fora o que ele sabe sobre o ensino e a alfabetização para trocar por algo novo, mais moderno. Muitos professores ficavam perdidos por causa da maneira como esse conceito de formação foi passado."

A criação, em 2004, da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, pelo Ministério da Educação (MEC), veio consolidar as ações nessa área e, ao mesmo tempo, fortalecer um novo conceito de formação contínua e articulada. Hoje, a Rede é constituída por 19 Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, em universidades públicas e privadas de várias regiões do Brasil, responsáveis por atuar em conjunto com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

As atividades desses Centros incluem pesquisas na área de educação, cursos de formação e a elaboração dos materiais didáticos utilizados nos cursos. São cinco grandes áreas de atuação: Alfabetização e Linguagem, Educação Matemática e Científica, Ensino de Ciências Humanas e Sociais, Artes e Educação Física e Gestão e Avaliação da Educação.

O objetivo do MEC é integrar, em torno dessas áreas, as instituições responsáveis por formar professores, de modo a regularizar a formação continuada no país.

Na área de Alfabetização e Linguagem, são cinco os Centros responsáveis pelos cursos de formação continuada: o Ceale, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o Cefortec, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); o CEEL, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o Cefiel, da Universidade de Campinas (Unicamp) e o CFORM, da Universidade de Brasília (UnB).

A Rede busca operar a partir de uma organização ramificada, e, desse modo, distribuir as tarefas e esforços relativos à formação de professores entre os gestores, as instituições públicas e os centros de produção de conhecimento de várias regiões do Brasil. A tendência é de que ela seja ampliada nos próximos anos. Com o lançamento do Plano de Ações Articuladas, o PAR, em 2007, a demanda por cursos de formação já se mostra crescente. O MEC conta, então, com o apoio da Rede para atender as ações de formação requeridas pelos municípios.

A diretora do Ceale, Francisca Maciel, destaca que, com a implementação do PAR, o Centro mineiro vai formar professores em vários estados, inclusive no norte do Brasil. Como é a primeira atuação no Pará, por exemplo, articulações com os gestores e universidades daquela região já estão em andamento para garantir um trabalho conjunto: "Com apoio, tudo se torna mais fácil. Atuaremos em rede realmente, de forma articulada com as universidades federais, MEC, Undimes e secretarias de educação. Essa é a proposta, para não sobrecarregar nenhum órgão", comenta.





# rede em formação

## Ação educacional

Fundado em 1990 pela professora da Faculdade de Educação (FaE) da UFMG, Magda Becker Soares, o Ceale (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita) sempre atuou na área de formação de professores. Um dos primeiros projetos assumidos pelo Centro foi o atendimento à rede municipal de Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Aos poucos, os cursos foram sendo demandados por outros municípios, como Machado e Sete Lagoas, também em Minas Gerais. Francisca Maciel afirma que a extensão sempre foi uma das grandes preocupações do Centro. "É um trabalho importante porque, ao mesmo tempo em que levamos as nossas percepções e os resultados das pesquisas para a prática do professor, ela também nos dá um retorno. A partir dos cursos, podemos avaliar aquilo que nós mesmos produzimos".

Com a ação educacional junto à Rede de Formação Continuada, o Ceale pôde ampliar o trabalho que já vinha desempenhando há 14 anos. Entre as novidades decorrentes do convênio com o MEC, em 2004, estão a produção das coleções *Instrumentos da Alfabetização e Alfabetização e Letramento*, a criação do jornal *Letra A* e o lançamento do *Portal Educativo Ceale*. A partir de então, intensificou-se também o objetivo de fazer com que o conhecimento produzido nas pesquisas de mestrado e doutorado beneficie a prática do professor da rede pública. Algumas das teses e dissertações desenvolvidas por pesquisadores do Ceale estão vinculadas a projetos em que o Centro atua.

Desde 2004, com as duas coleções, o grupo de formadores do Ceale, composto por doutores, mestres, mestrandos e doutorandos da linha de Educação e Linguagem, da pós-graduação da FAE/UFMG, atendeu a aproximadamente, 12 mil professores da rede pública de ensino, em 11 estados brasileiros, sendo mais de 8 mil em ação presencial. Entre 2005 e 2009, o número de professores formados pelo Ceale, nos cinco estados em que tem atuado pelo Pró-Letramento – Ceará, Paraíba, Roraima, Amapá e Minas Gerais –, chega a 37 mil. Segundo Isabel Frade, coordenadora do setor de formação do Centro, já é possível perceber mudanças significativas. "Nota-se a repercussão dos cursos nas salas de aula e nas políticas dos municípios; pois os materiais da coleção *Instrumentos* têm auxiliado os sistemas e as escolas a construir propostas curriculares e a pensar formas de diagnóstico", observa.

## Condições de formação

Sulamita Nagem é formadora do Ceale e atua em municípios do Brasil, como Ituiutaba (MG). Nessa cidade, os professores da rede municipal recebem formação há mais de dois anos. Nos dias da semana em que eles participam dos cursos, a Secretaria Municipal de Educação contrata professores substitutos para que as aulas das crianças não sejam prejudicadas. O curso de formação é visto, assim, como um processo indispensável para a prática profissional do professor, que deve ter constantemente acesso a um aprendizado contínuo e atualizado.

"A gente parte de discussões e conceitos propostos pelo material do Ceale para estimular nos professores a leitura desses cadernos. É possível perceber que as práticas do cotidiano aparecem muito durante as nossas aulas", constata Sulamita. Ela acredita que é também importante, a constante retomada das teorias e discussões propostas em aulas anteriores: "Ver como um caderno de uma coleção dialoga com o de outra, por exemplo, é interessante para mostrar que os estudos não estão soltos, que eles se articulam."

Para a formadora, a importância da formação continuada está no fato de esses cursos proporcionarem reflexões sobre a prática que, posteriormente, podem incidir sobre o próprio trabalho em sala de aula. Os materiais do Ceale são muito bem aceitos pelos professores com quem Sulamita trabalha. "Eles fazem todo um questionamento entre a realidade vivenciada na escola e os assuntos trazidos pelos cadernos". Entre as discussões propostas na coleção *Instrumentos da Alfabetização*, estão as práticas escolares, abordagens de planejamentos e de avaliação diagnóstica e até textos que tratam das capacidades a serem desenvolvidas pelos alunos nos primeiros anos de escolarização. "A gente tenta mostrar para os cursistas que ali nos cadernos está presente uma fundamentação teórica baseada em uma prática e que é possível, sim, melhorar o trabalho em sala de aula".

## Parcerias de norte a sul

Por meio de termos de cooperação com outras universidades públicas, o Ceale tem atuado em várias regiões do País. No norte do Brasil, uma cidade de 36 mil habitantes tem trabalhado com os cadernos de formação produzidos pelo Ceale. Em 2006, mediante um Termo de Cooperação Técnico-Científico, foi firmada uma parceria entre a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e a UNIFAP (Universidade Federal do Amapá) que permitiu a utilização dos materiais do Ceale no município de Laranjal do Jari (AP). O processo de formação, iniciado em agosto de 2007, tem previsão para se estender até março de 2009. Incluindo gestores e técnicos, 131 professores estão sendo formados. Adelma Barros Mendes, professora da UNIFAP e coordenadora dos cursos de formação ofertados a partir da parceria entre as universidades mineira e amapaense, diz que, apesar das dificuldades, os professores têm se identificado muito com a dinâmica dos cursos. "Infelizmente, tivemos que interromper o curso por nove meses devido a uma enchente nos municípios. Mas retornamos certos de que é um trabalho diferente dos que eles já receberam. A troca de experiências é constante".

A tendência é que as parcerias aumentem no próximo ano. Adelma conta que o município do Amapá se mostrou interessado na obtenção dos cursos e as atividades podem começar em 2009. "A Secretaria Municipal de Educação do Macapá disse que se o curso for em nível de especialização *latu sensu*, será mais interessante para os professores. Então, por enquanto, o projeto está em tramitação na Câmara de Pesquisa da universidade".

O Ceale também está presente no Rio Grande do Sul. Após estabelecer termo de cooperação com o Centro, o GPFICA (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Inicial, Continuada e Alfabetização), grupo vinculado à UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), passou a ofertar cursos de formação para municípios gaúchos. Entre 2007 e 2008, aproximadamente 360 professores foram formados. A coordenadora do GPFICA e professora da UFSM, Helenise Sangoi Antunes, relata que o material do Ceale tem atendido as necessidades dos professores na medida em que abrange aspectos muito importantes do ensino. "Os cadernos têm dado conta de trabalhar com os professores as diversas capacidades que os alunos devem desenvolver no 1º, 2º e 3º anos, auxiliando em seu trabalho de maneira decisiva, por meio de uma linguagem clara e acessível", comenta.

Ela conta que o trabalho de formação desenvolvido junto às redes de ensino tem modificado a rotina de muitos professores. "Se antes eles planejavam as aulas indivi-

## EM DESTAQUE

dualmente, agora eles fazem isso em conjunto". Dos 12 municípios onde os tutores do Grupo têm atuado, apenas um não continuará com os cursos de formação no próximo ano por questões políticas.

Helenise Sangoi Antunes conta que agora o desafio é avaliar e medir o resultado das ações que têm sido colocadas em prática ao longo desses anos. Ela considera essencial que os cursos permaneçam com esse caráter de continuidade. "Formações como essas, oportunizadas pelo Ceale, possibilitam aos professores a discussão em torno da formação recebida na universidade e das carências que eles ainda têm".

### Desdobramentos da Rede

O mais recente desafio do Ceale são as demandas encaminhadas por meio do PAR. Para se ter uma idéia da extensão das ações junto ao Plano, o Ceale passa a atuar em seis estados brasileiros. A fim de amenizar transtornos com deslocamentos, o Centro passou a concentrar as atividades de formação em cidades pólos, de mais fácil acesso, para onde os professores devem se encaminhar para participar dos cursos. Assim, é essencial a parceria entre as secretarias de educação para garantir recursos e infra-estrutura adequados para a formação. "O apoio de quem está na região é muito importante, porque não adianta nada a gente idealizar uma formação sem levar em conta as condições regionais e locais", afirma Francisca Maciel, diretora do Centro.

Como os outros quatro centros de Alfabetização e Linguagem, o Ceale também atua no Pró-Letramento. O projeto, que, de início, era direcionado a municípios com baixo Ideb, foi ampliado para todo o Brasil a partir da criação do PAR. Essa ação, proposta pelo MEC, tem o objetivo de formar tutores e professores de modo a melhorar a qualidade da educação básica do país. Francisca Maciel diz que o Pró-Letramento foi uma ótima oportunidade de aproximação entre os Centros que, juntos, foram responsáveis por elaborar o material usado nos cursos de formação. "Por ser um material único usado em todos os estados, houve, naturalmente, uma garantia de unidade", comenta.

### Em contínua expansão

Antes da criação da Rede Nacional de Centros de Formação Continuada, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) abrigava apenas o Nutead (Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta a Distância). Com a nova proposta do MEC, a instituição se candidatou a formar um dos cinco Centros de Alfabetização e Linguagem. Assim, foi criado, em 2004, o Cefortec, Centro de Formação Continuada, Desenvolvimento de Tecnologias e Prestação de Serviços para as Redes Públicas de Ensino. Agora, as duas instituições atuam em conjunto: enquanto o Nutead é responsável por formar professores na graduação e pós-graduação; os cursos do Cefortec têm caráter de extensão.

Atuando em mais de 100 municípios, principalmente da região sul do Brasil, o Cefortec formou, entre 2005 e 2008, cerca de 8.500 professores. A coordenadora do Centro, Cleide Aparecida Rodrigues, diz que as demandas têm aumentado bastante. "No primeiro ano, as parcerias foram um pouco difíceis porque as secretarias não conheciam o programa. Mas, já no segundo ano, nosso trabalho se intensificou. Agora, ou nós vamos até os municípios ou eles vêm até nós. Assim, ficamos sabendo das carências e necessidades de cada local", diz. Ela conta também que, em várias cidades, o Centro trabalha há mais de dois anos. "Antes, os professores paranaenses, por exemplo, recebiam cursos de formação muito isolados. Segundo eles, os bons resultados que os cursos do Cefortec vêm proporcionando se devem à perspectiva de continuidade que temos".

Formadora de professores da educação infantil, Neide Keiko Cappelletti diz que a consolidação da Rede veio em boa hora para os profissionais da área. "Hoje, as pessoas se interessam em discutir mais. Mitos como o de que professores da educação infantil não têm que estudar estão se extinguindo. Sinto que é mais fácil inserirmos uma proposta mais reflexiva". A formadora considera essencial que os cursos envolvam discussões da prática para que o professor tenha a oportunidade de se enxergar no processo. Mas, segundo ela, "o profissional da educação também deve se preocupar com a constituição de um aparato teórico para lidar com a realidade da sala de aula".

### Produção de prática e conhecimento

"Teorizar a prática por meio da socialização com os pares e com a equipe de formadores e pesquisadores". Essa é uma das mais importantes metas da formação continuada, segundo Eliana Albuquerque, coordenadora do Centro de Estudos em Educação de Pernambuco (CEEL) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Criado em 2004, o CEEL possui dez cursos na área de alfabetização, leitura, escrita e formação de professores. Só em 2008, atendeu oito mil professores e tutores.

Eliana Albuquerque conta que uma das maiores preocupações da instituição é formar professores de modo contínuo para garantir o aprofundamento nas discussões. Para Leila Nascimento, uma das formadoras do CEEL, a formação continuada de caráter esporádico não dá continuidade ao processo: "O professor começa a pensar sobre determinados aspectos, mas fica sem recursos para compreender melhor a sua prática".

Leila trabalha como formadora, no interior de Pernambuco, há dois anos. Ela relata que já é possível sentir uma mudança na postura dos professores: "Tudo indica um crescimento. A gente percebe que as discussões levadas para eles chegam aos alunos e vão parar nas salas de aula". A formadora conta que, no primeiro ano, o grupo discutiu várias teorias, inclusive aquelas relacionadas à apropriação do sistema de escrita pelas crianças. Nessa segunda etapa, ela procura se aproximar mais da prática dos professores, sem perder de vista o aparato teórico.

Em 2006, o CEEL recebeu uma encomenda do MEC para produzir um kit de jogos de alfabetização. "A gente trabalha esses jogos com os professores nos cursos de formação, lemos o manual, pensamos para qual hipótese de escrita esse material é direcionado e refletimos até mesmo sobre as atividades que podem ser feitas depois do uso desses jogos com as crianças", relata Leila.

### Transformando a educação

"No interior de Goiás, em uma cidade chamada Padre Bernardo, a formadora Paula Tatiane Araújo trabalha, quatro horas por semana, com professores que atuam na modalidade de educação inclusiva. Segundo ela, antes de chegar ao município, 12 alunos com deficiência eram atendidos. Hoje, são aproximadamente 50.

Esse avanço no reconhecimento e acolhimento de crianças com necessidades especiais pode ser verificado graças ao trabalho do Centro de Formação Continuada (CFORM), da Universidade de Brasília (UnB). Além de atuar pelo PAR, o CFORM possui um projeto chamado "Alfabetização e Linguagem" que atende estados de várias regiões do Brasil, como Sergipe, Amazonas e Goiás. A equipe do Centro é formada por professores mestrados e doutorandos na UnB. De acordo com a coordenadora pedagógica do CFORM, Paola Soares, muitas secretarias que hoje solicitam cursos não tinham uma política pública voltada para a formação de professores até pouco tempo atrás. Com esse projeto, o Centro pode atuar nos

municípios em quatro modalidades: leitura e escrita no 1º e 2º ciclo; leitura e escrita no 3º e 4º ciclo; educação infantil; e educação inclusiva.

A formadora do CFORM, Paula Tatiane, por exemplo, tem trabalhado conceitos básicos da educação inclusiva, como a história, as leis que amparam os educadores da área, as adaptações curriculares, os tipos de deficiência e o modo de lidar com cada uma delas. Ela conta que há acompanhamento do Centro em torno das atividades nos municípios que recebem formação. "A gente está sempre em contato com os demais professores da universidade, passando para eles o retorno desse trabalho. Temos o caderno de análises, no qual contamos como foi o encontro, as discussões e as dinâmicas usadas com os professores." Paula procura estar presente no dia-a-dia dos cursistas, ouvindo os relatos sobre a sala de aula e visitando as escolas para verificar como eles têm trabalhado os conteúdos com a turma.

### Centro, pesquisa e desenvolvimento

Uma junção de esforços, conhecimento e pesquisa resultou na criação do Cefiel, o Centro de Formação Continuada de Professores do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A coordenadora do Centro, Marilda Cavalcanti, explica que a formação da Rede culminou na articulação entre os grupos do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), mais voltados para a pesquisa, e a docência na universidade com aqueles que já atuavam na área de formação de professores. O Cefiel oferece cursos tanto semi-presenciais, que contam com o ambiente virtual Teleduc desenvolvido na Unicamp, quanto presenciais, já que nem todos os municípios disponibilizam ao professor o acesso à internet. A coordenadora afirma que um dos pontos positivos da formação a distância é o fato de que os professores exercitam a escrita e a leitura "na medida em que há todo um acompanhamento virtual do trabalho desempenhado por eles".

Os cursos são variados. Voltados para temáticas de leitura e escrita na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, também abordam o letramento em diferentes contextos de ensino. Para a produção dos materiais utilizados nos curso de formação, o Cefiel contou com a colaboração dos pesquisadores do Centro. Enquanto uns se dedicavam a escrever os fascículos, outros se responsabilizavam por sua leitura e revisão.

Marilda diz que todos os esforços de formação continuada têm impacto positivo na vida do professor se ele estiver consciente da importância desse trabalho. "É essencial que os próprios professores tenham maturidade para se empenharem", avalia.

### Os potenciais da Rede

Diante dos muitos desafios da educação, os planos e programas criados para fortalecer a formação continuada de professores têm sido um grande avanço para o sistema de ensino público brasileiro. Francisca Maciel, do Ceale, diz que, antes, as ações eram realizadas de forma isolada ou para resolver problemas específicos. "Se era para falar de alfabetização, por exemplo, era sempre a mesma autoridade; de leitura, era outra e assim por diante. Com a criação da Rede, de certa forma, isso foi ampliado. Hoje, muitas pessoas estão aptas a reunir e discutir determinadas questões. Não é mais uma visão unidirecional". A diretora também afirma ser necessário pensar a longo prazo, uma vez que uma concepção de ensino não muda de uma hora para outra. "Por isso, é importante a consolidação de uma formação contínua. É preciso um tempo para que o professor transforme e modifique a sua prática".





# Formação abrangente

Parceria entre Ceale e município de Contagem forma 100% dos alfabetizadores e rende material específico para a Rede

(VICENTE CARDOSO JUNIOR)

“Antes existia uma grande queixa dos professores de que as crianças estavam indo para o segundo ciclo sem serem alfabetizadas”. Esse é o relato de Maria Elisa Campos, coordenadora das Políticas de Educação Básica de Contagem, sobre a situação da rede municipal há alguns anos. “Nós notamos que o professor precisava saber com mais clareza o que é o processo de alfabetização e quais competências precisam ser desenvolvidas pelo aluno em cada etapa”, completa. Para reverter esse quadro, o município passou a ter como estratégia central a formação continuada de seus professores.

Em 2005 e 2006, em uma parceria da Secretaria de Educação com o Ceale, todos os professores do 1º ciclo do ensino fundamental receberam formação continuada na perspectiva do ensino da leitura e da escrita. Além disso, receberam um material específico para guiar seu trabalho: o caderno “Educadores na Rede – Contagem: Proposta de Alfabetização e Letramento”, elaborado em conjunto pela Secretaria de Educação, pela equipe do Ceale e por professores da rede. O caderno contempla temas como o histórico da alfabetização no município, os sujeitos envolvidos no processo de alfabetização (educadores e

estudantes), a organização do tempo e do espaço escolares e a utilização da avaliação em favor do planejamento. Em 2007 e 2008, foi realizada a formação continuada dos professores do 2º ciclo com a elaboração de outro caderno, próprio para essa etapa, o “Educadores na Rede – Contagem: a leitura e a escrita no 2º ciclo”. Para Maria das Graças Bregunci, pesquisadora do Ceale e consultora da Secretaria de Educação na construção do material, “o caderno do 2º ciclo contempla não só as propostas da rede para todo o sistema, mas também vários projetos desenvolvidos em diferentes escolas”. “Isso é mérito de uma equipe que conhece bem os problemas e as experiências de cada escola da rede”, avalia a pesquisadora.

Essa proximidade alcançada deve-se à criação, em 2005, do Núcleo de Alfabetização e Letramento, órgão que tem papel fundamental no acompanhamento sistemático do trabalho desenvolvido em cada escola no ensino da leitura e da escrita. “No início, a gente tinha que apresentar o Núcleo e convencer os educadores da importância dele. Hoje ele já é uma referência, existe uma relação muito estreita, a escola vai buscá-lo porque sabe que as pessoas que estão ali podem contribuir de fato para a melhoria

do trabalho”, conta Maria Elisa Campos. Antes de monitorar o desenvolvimento de todo o processo de ensino, o Núcleo atua na concepção do projeto de alfabetização de cada escola. A grande referência é o caderno “Educadores na Rede”, mas leva-se em conta, também, a realidade de cada comunidade, para que cada escola possa traçar suas próprias metas e ações relativas à alfabetização e à formação de leitores.

Segundo Maria Elisa Campos, nos quase quatro anos de existência do Núcleo e da parceria com o Ceale, já foi possível notar uma grande evolução, como a queda significativa no número de repetências no 1º e no 2º ciclos. Para ela o segredo esteve em aliar a formação continuada a outras políticas, como, por exemplo, a organização do quadro docente: com a distribuição de quinze professores para cada dez turmas, a equipe tem mais tempo para o planejamento das atividades, para o atendimento individual de alunos com dificuldades e para a própria formação. “O fundamental agora é dar continuidade a todas essas políticas e manter um acompanhamento constante do que vem sendo feito”, ressalta.



## Trabalho em grupo

Mais estudo, produção e melhoria na interlocução entre formadores, professores e comunidade: frutos colhidos pelo Cefortec

(NATÁLIA BECATTINI)

“Como os cursos podem contribuir, de fato, para a formação dos professores da rede pública?” Essa pergunta levou Terezinha da Conceição Costa Hübes, professora do Centro de Formação Continuada, Desenvolvimento de Tecnologia e Prestação de Serviço para as Redes Públicas de Ensino (Cefortec), a fazer um levantamento entre as escolas da região oeste do Paraná. A intenção era descobrir qual modalidade de ensino proporcionaria a melhor formação continuada dos professores. “Então eu constatei uma grande necessidade de trabalho com a língua portuguesa. A opção apontada foi criar um grupo de estudos”, explica.

Em 2006, Terezinha apresentou um projeto à Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), que ofereceu

subsídios para a realização de encontros e, assim, o grupo de estudos se concretizou. Já na etapa inicial, foi definido o tema que seria o principal objeto de estudo: os gêneros textuais. E, em seguida, foi produzido o *Caderno Pedagógico 1*, que trazia uma proposta de trabalho sócio-interativa com os gêneros, para as séries iniciais.

Atualmente, o grupo conta com 25 integrantes e está trabalhando no *Caderno Pedagógico 3*, voltado para a análise de textos. Terezinha estima que mais de 200 professores já tiveram contato com o projeto: “Há uma preocupação em valorizar a perspectiva social da linguagem, trabalhar com a língua como um fator social, levando os gêneros para a sala de aula, trabalhando a

questão da interlocução, a importância de interagir por meio da língua”.

Para ela, o formato do grupo de estudos ajuda a conseguir maior envolvimento dos participantes, pois proporciona mais liberdade para a discussão de temas, idéias e dúvidas. Além disso, os integrantes são os responsáveis pela produção do material. Ela apenas coordena o grupo e organiza os cadernos pedagógicos: “O diferencial é que os professores têm que estudar. Não é como uma palestra que eu vou, levo tudo pronto e eles só ouvem. Aqui eles são co-responsáveis pela formação deles. Então, têm que ler os textos, discutir, indagar, produzir e transpor essa teoria para atividades práticas”.

# Escola para todo mundo

Entender e respeitar as diferenças para fazer valer direitos iguais (NATÁLIA BECATTINI)

"Quando vi que o assunto era inclusão, achei que ia falar só do trabalho com crianças com deficiência. Mas o que você vê é mais que isso". Wilza Aparecida escutou várias vezes comentários assim, quando começou a ministrar palestras sobre Educação Inclusiva no município de Pirenópolis (GO). Ela atuava como professora do primeiro ciclo e foi selecionada para fazer um curso sobre esse tema no Centro de Formação Continuada de Professores (CFORM), ligado à Universidade de Brasília (UnB). Em seguida, ela começou a divulgar seus conhecimentos no município.

As palestras de Wilza têm foco na conscientização dos professores quanto aos problemas que os alunos portadores de deficiência podem enfrentar em sala de aula. Ela procura discutir a melhor forma de lidar com eles, em diferentes situações. "Alguns professores tinham medo de lecionar para esses alunos, por não saberem como agir. Tinham em mente que eles deveriam ser tratados de forma diferente dos outros alunos", explica. Wilza diz que, de cara, encontrou uma muralha a ser derrubada com o

trabalho sobre esse tema nas escolas: "Quando a gente trabalha a inclusão, trabalha também preconceitos como racismo, homofobia, preconceito social e daí por diante". Mas ela acredita que essa postura tende a mudar: "Agora já há uma aceitação maior. Só de eles estarem tratando todos como iguais já é um grande passo".

De acordo com Cátia Gomes Costa, Secretária de Educação de Pirenópolis, o curso que Wilza Aparecida ministrou no CFORM trouxe uma nova conscientização para toda a comunidade escolar: "Nós reformulamos o Projeto Político Pedagógico para inserir ações de inclusão. E isso acabou interferindo na formação dos professores, na maneira como eles planejam as aulas".

Além dos professores, as palavras de Wilza se voltam também para os pais. Sempre que tem palestra, eles são convidados. Mas são poucos os que participam de verdade. Para tentar reverter esse quadro, ações de cidadania são promovidas nas escolas nos finais de semana. E Cátia já comemora: "A maior mudança, a gente sente: é a diminuição do preconceito".

# Tão longe e tão perto

(ANDREA SOUZA)

Cursos semi-presenciais de formação contam com as ferramentas da internet para aproximar professores e formadores

A distância não é um problema para Jauranice Rodrigues Cavalcanti. Formadora do Centro de Formação Continuada de Professores do Instituto de Estudos da Linguagem (Cefiel) há quatro anos, ela diz que os cursos semi-presenciais ofertados pelo Centro têm possibilitado uma aproximação cada vez maior com os professores. A formadora, que também se considera professora por já ter atuado em sala de aula, procura manter uma proximidade quase diária com os cursistas. "Sempre que eu entro na internet, vou direto para o fórum de discussão do curso. Eles não ficam nem uma hora sem um retorno meu", comenta com bom humor.

O TelEduc, plataforma virtual desenvolvida na Unicamp pelo Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED), é o sistema que estrutura os cursos de formação a distância ofertados pelo Cefiel. Por meio dele, os formadores já trabalharam com professores do estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O sistema dispõe de ferramentas variadas que possibilitam o contato diário entre cursistas e formadores, como o *Correio Eletrônico*, os *Grupos de Discussão* e o *Mural*, com as quais é possível criar fóruns de debate e compartilhar arquivos.

A formadora não acredita que o processo de formação seja prejudicado pelo fato de os cursos serem oferecidos a distância. Ela explica que, quando começam as atividades, os assuntos e questões a serem abordados no decorrer do curso já estão programados. A partir dessa organização, é possível criar, desde o início, um ambiente propício para o acompanhamento das dúvidas e discussões levantadas pelos professores. "Por meio desse espaço virtual, a gente faz análises de textos, sugere leituras, discute questões e dúvidas. São vários os caminhos que nós buscamos para fazer com que esse professor reflita". Segundo Jauranice, o empenho e a dedicação são visíveis: muitas das conversas e discussões virtuais são baseadas nos textos e atividades de alunos que os professores escaneiam e compartilham com o grupo.

Jauranice conta que, além de estar sempre presente, "o bom formador deve atuar de maneira incisiva, no sentido de mostrar o que deve ser feito e, ao mesmo tempo, se manter disponível ao diálogo". O objetivo desse trabalho, segundo ela, é fazer com que os professores busquem cada vez mais autonomia. "É importante que eles mesmos sintam a necessidade de uma formação continuada. Acredito que estamos caminhando para isso", completa.

# Jogos na alfabetização



Em busca da melhor forma de aperfeiçoar o trabalho docente (NATÁLIA BECATTINI)

Os alunos da primeira e segunda série do Ensino Fundamental de Camaragibe, município a 10 quilômetros de Recife (PE), estavam com defasagem no aprendizado da leitura e da escrita. A solução encontrada por seus professores, a partir de um curso de formação continuada ministrado pelo Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL), foi a elaboração de jogos didáticos que levassem as crianças a refletir sobre a estrutura da língua. "Procuramos desenvolver um trabalho voltado para a área de linguagem e para a reflexão sobre a prática pedagógica", relata Djario Dias, mestre em educação e um dos formadores do Centro. Ele explica que foram propostas questões sobre as seqüências didáticas de língua portuguesa, os jogos na alfabetização e a importância do lúdico na prática de alfabetização: "Temáticas assim têm embasado a prática do professor e feito com que os alunos avancem".

Para medir o grau de evolução dos alunos cujos professores recebem a formação, o CEEL faz uma avaliação com eles no início e no término do curso. "Mas, antes mesmo dos resultados, a gente tem ouvido depoimentos dos próprios professores dizendo que os alunos têm

avancado com as propostas que nós sugerimos", comenta Djario. O grupo de professores que recebeu formação no segundo semestre de 2007 obteve resultados tão bons que o município de Camaragibe resolveu dar continuidade aos cursos. Djario Dias acrescenta que os professores estão conseguindo fazer a transposição didática das discussões para as salas de aula.

O CEEL segue à risca a recomendação do MEC de adaptar os cursos à realidade de cada município. A partir das solicitações dos cursos, os formadores iniciam uma pesquisa e desenvolvem materiais específicos para cada demanda. Já existem alguns cursos de referência, mas sempre há alguma adequação às necessidades das Secretarias de Educação.

De acordo com Djario, é a união entre o curso de formação "personalizado" e o suporte pedagógico dado pelo Centro que garante o avanço e a melhoria do ensino. No caso de Camaragibe, um grupo de estagiários de pedagogia acompanha de perto a aplicação das novas propostas em sala de aula. "A ação tem modificado a prática de leitura e de escrita dos alunos por ser um trabalho bem encadeado", arremata.

# Por um debate qualificado

Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação desde junho de 2007, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva é formada em História, com especialização em Gestão de Sistemas Educacionais. Sua carreira sempre foi dedicada à educação pública. Na rede municipal de Belo Horizonte, deu aulas, dirigiu escolas, foi diretora do Centro de Formação dos Profissionais da Educação e comandou a Secretaria Municipal de Educação por cinco anos. Com essa experiência, presidiu

por dois anos a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação Básica (Undime), órgão que desempenha importante papel nos processos de discussão e formulação de políticas de educação. Desde a Undime até o MEC, Pilar procura, cada vez mais, discutir os assuntos relacionados à educação com a sociedade brasileira e diz que “é preciso sair do senso comum”. De Brasília, concedeu a seguinte entrevista ao *Letra A*. (TEREZA RODRIGUES)

## Entre os atuais problemas educacionais do Brasil, quais te preocupam mais?

O principal é pensar em uma escola onde todos aprendam, sem a tendência de voltar a modelos como o dos anos 1960, que era só para os melhores. Pensar uma escola para todos é um processo civilizatório importante e transformador nesse país. Esse é um desafio nosso. Já conseguimos atender a quase todos, mas pensar que o que ainda falta é somente qualidade é vago. Precisamos garantir um modelo de escola que receba, aceite e ensine a todos.

## Que caminhos buscar para tornar esse desafio uma conquista?

O primeiro é profissionalizar cada vez mais o professor, através da formação (inicial e continuada), do reconhecimento da carreira e do ‘empoderação’. O professor com uma formação teórica sólida pode escolher melhor o caminho profissional para garantir a aprendizagem dos seus alunos. Isso lhe dá poder, o bom poder. É fundamental que ele tenha autonomia teórica para saber definir o projeto, a pedagogia e a metodologia mais adequada para sua sala de aula.

## No entanto, é comum professores pedirem que os cursos de formação continuada enfoquem menos o lado teórico e mais a prática da sala de aula.

Sim, mas você define a sua prática a partir do seu acúmulo teórico. Eu gosto de citar um livro do Perrenoud que se chama *Ensinar: Agir na urgência, decidir na incerteza. Saberes e competências em uma profissão complexa*. Nessa obra, ele fala que isso [agir na urgência e decidir na incerteza] é uma característica da profissão docente. Não que seja ruim, é uma característica. Para citar um exemplo, se duas crianças de sete anos se atacam em sala de aula, o professor não pode pedir para congelar a cena enquanto busca ajuda, certo? Mas o que ele aprendeu na universidade é determinante para a sua decisão naquele momento. Uma decisão que pode marcar a vida desses meninos para sempre.

É muito importante uma boa formação para que o *agir na urgência e decidir na incerteza* tenha um embasamento teórico. Ensinar não é para qualquer um.

## Se essa preparação do professor é o grande desafio, o que está sendo feito para que isso aconteça?

É preciso proporcionar uma formação inicial sólida e que reconheça a complexidade do trabalho do professor. Por isso, além da reformulação dos currículos, existe a preocupação de que eles reflitam as mudanças pelas quais o mundo passou. Não é possível que só a escola continue como antigamente. Muda tudo, menos a escola? Ninguém gostaria de levar o filho para ser tratado em um hospital nos moldes dos anos 60; nós queremos o melhor remédio, a melhor máquina de tomografia, não é? Então, a gente tem que desejar isso também para a escola. O que está sendo buscado hoje não desconsidera a essência. A escola é o espaço do conhecimento, da aprendizagem, da transformação, mas não pode ser a mesma de 50 anos atrás.

## Você já disse, em discurso, que é preciso inverter a lógica do professor que ensina para a do aluno que aprende.

Isso mesmo. Uma coisa muito transformadora é a questão da participação, o que significa que as crianças de hoje devem ser mais ouvidas e se envolverem mais no processo de aprendizagem. O aluno não é uma pessoa passiva a receber o conhecimento de uma pessoa iluminada. Isso não existe. O que existe é um processo, uma troca, um espaço do saber, do conhecer. A partir do conhecimento, ganha-se a autonomia.

## A partir disso, os conteúdos didáticos ganham um novo sentido?

Sim, eu gosto muito de frisar o quanto são importantes. Não existe conhecimento sem conteúdo. O que não podemos achar é que o que era transmitido nos anos 1970 tem que valer ainda. Algumas coisas permanecem, porque são clássicas, outras se transformam. Então, ao mesmo tempo em que as crianças precisam ter acesso à obra literária de Cecília Meireles, elas também têm de entender o significado do *rap* na cultura contemporânea.

## Como direcionar o foco para o aluno?

O corpo de profissionais da escola precisa conhecer o aluno, esse é o primeiro passo. Quem são os meus alunos? Onde fica essa escola? Qual a história da escola? Qual a história desses alunos? O que eles sabem? De onde eles vieram? O que eles já viveram? A partir daí, o projeto pedagógico

Maria do Pilar Lacerda, Secretária de Educação Básica do MEC, acredita que a formação teórica é essencial para uma prática mais qualificada



Foto: Julio Cesar Paes

da escola deve ser escrito com um objetivo e uma intenção educativa.

Se eu quero que meu aluno leia cinco livros de literatura infantil em um determinado mês, por exemplo, isso é uma intenção. Então, eu tenho que agir para que isso aconteça. Uma experiência linda que vivi no interior do Paraná foi quando entrei em uma sala cheia de almofadas coloridas, trechos de histórias infantis colados no teto, paredes enfeitadas. Eu tive vontade de entrar no lugar e ficar lendo, tudo era convidativo. Lá, cada turma passa duas horas por semana nessa sala. Então, para determinada intenção educativa, tem que haver uma ação educativa correspondente.

### Mas como saber se está dando certo?

Se Mariazinha não leu seus cinco livros, é preciso saber por que ela não consegue ler cinco livros no mesmo tempo que os colegas. O que o profissional pode fazer para que ela consiga? Antigamente, se fazia assim: ela não leu cinco livros, então reprovava... Assim, alguém mudaria a vida da Mariazinha? Não. Isso era como carimbar em sua testa que ela era incompetente.

### Os professores costumam reclamar que têm muitos alunos em sala de aula. Qual o número ideal de alunos por turma para que seja possível realizar um bom trabalho?

Em muitos lugares, isso não é mais problema; Minas Gerais, por exemplo. Belo Horizonte tem turmas com 28 alunos em média. Até com 30 é possível trabalhar muito bem. Difícil é trabalhar com 35, 40, 50 alunos, principalmente se forem crianças pequenas. No ciclo da alfabetização, o número ideal é 25 por turma. É importante pensar nessas condições. Salas muito vazias não têm ambiente de socialização, de troca — uma sala com três crianças é deprimente. Mas ninguém consegue profundidade de acompanhamento trabalhando com 40 crianças em sala.

### Considerando as condições de trabalho do professor, como deve ser o processo de avaliação?

Avaliar não é aplicar uma prova, constatar somente; é detectar cada dificuldade e a política educativa que melhor se aplica àquela situação. O professor é a pessoa que constata e age profissionalmente. Eu gosto de compará-lo ao médico; em uma hipotética consulta, ele diria: "você está com pneumonia". E você diria: "e aí?". Ele sóalaria: "você está com pneumonia". A pergunta seria: "o que eu faço?" e ele diria: "se vira, você tem pneumonia". Você certamente seria levado a pensar: "isso é estranho". Mas se a escola só disser: "você não sabe ler" e não fizer nada? A escola que faz a diferença

se posiciona assim: "você não sabe ler por tais razões e nós vamos agir dessa e dessa maneira". Tem escola pública no Brasil que faz isso de maneira maravilhosa, transformadora. Com a criação da Provinha Brasil, avaliação diagnóstica da leitura e da escrita, o MEC tem contribuído muito para o avanço

## *"A formação que funciona é a formação sobre problemas e necessidades que a escola vivencia naquele momento"*

das discussões sobre o processo de avaliação. Nessa prova o professor tem acesso à matriz de referência, aplica e corrige as provas, analisa os resultados obtidos pelos seus alunos e, assim, tem subsídios para tomar decisões mais consistentes quanto à organização do processo de ensino e aprendizagem.

### Sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como está o comprometimento da sociedade e dos governos?

As pessoas estão aderindo, acreditando, de maneira diferenciada. Não dá para dizer que é igual — boa ou ruim — em todas as instâncias porque existem diferenças de envolvimento. Mas, cada vez mais, a gente nota um aumento na preocupação sobre as questões educacionais. A própria imprensa tem, hoje, um debate mais qualificado que antes, está melhorando. Mas não há como negar, a cobertura ainda é muito problemática, feita em cima do senso comum. É preciso qualificar esse debate. Porque eu considero que o comprometimento que a gente busca está muito vinculado ao modo como as informações são apresentadas à população, principalmente para as famílias.

### Fale um pouco sobre o estudo feito pelo MEC em parceria com Unicef (*Aprova Brasil, o Direito de Aprender: boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil*) e de como ele pode repercutir na formação de professores.

Um trabalho super interessante. O resultado, publicado em livro, mostra 33 escolas em situação de fragilidade econômica que apresentam bons resultados em índices educacionais. Em regiões de periferia, fomos avaliar que fatores e práticas contribuam para o sucesso escolar. E percebemos que elas têm quatro coisas importantes em comum: uma boa direção (uma grande liderança); um coletivo de professores que conhece, intervém e atua no processo político pedagógico (não é um projeto de gaveta); uma comunidade que participa; e uma quarta questão, que é muito subjetiva — um ambiente de otimismo e de boas expectativas dos professores sobre seus alunos. Nessas escolas se escuta "como nossos alunos são inteligentes, como eles são bonitos, são espertos". Esse é um clima em que o estudante se sente muito acolhido e provocado a ser melhor.

### O estudo vai ter continuidade?

Sim. Agora, escolhemos 27 redes de aprendizagem para pesquisar o que elas fazem de diferente. Queremos ampliar a divulgação que fizemos

do primeiro livro, que está disponibilizado na internet e teve mais de 400 mil exemplares distribuídos para diretorias de escolas e secretarias de educação. E espero que o retorno seja ainda melhor. Temos que discutir mais, aprofundar esses estudos de boas experiências. Porque, às vezes, as pessoas têm a sensação de que 'funciona lá, mas aqui não funciona'. E aí a gente tem que mostrar que 'funciona lá' em situações mais delicadas que 'aqui'.

**Os cursos oferecidos através do Plano de Ações Articuladas do MEC (PAR) serão adaptados a cada região, a cada realidade em que forem ofertados?**

A intenção é levar os professores a refletirem sobre a sua prática e sobre o contexto local. O material é comum porque temos programas como o Pró-Letramento que atende hoje a mais de duzentos mil professores. Mas, na escola, o material ganha uma dinâmica própria. A escola é que dá sentido aos materiais de formação, porque ela é que vai saber como usá-los. O material é uma base. Em algumas escolas, ele vai ser lido e guardado e, em outras, vão fazer desse material um instrumento cotidiano para a reflexão e a transformação da sua prática e do seu trabalho.

**Você diz que existe um tripé que envolve toda boa gestão de educação. Que tripé é esse?**

Um *projeto pedagógico focado na aprendizagem*, uma *boa capacidade administrativa* e um *perfil político para negociar com as diversas lideranças da comunidade escolar*. Eu falo, por experiência própria, que o diretor de escola é um administrador de diferentes sujeitos de direitos diferentes. Equilibrar e negociar essas demandas é uma habilidade que o gestor da escola precisa ter. Um exemplo de conflito básico é a greve: é um direito do professor, mas ela fere o direito do aluno a 200 dias de aula. Esse 'tripé' funciona com pessoas que se preocupam em ouvir o outro, com profissionais. Cada vez mais, é preciso tirar da escola os amadores, o 'achismo'.

A educação básica é complexa e precisa de profissionais da educação. Não se consegue mais enfrentar o complexo espaço da escola com amadorismo. É nessa perspectiva de qualificação para uma gestão democrática e para a efetivação do direito à educação escolar com qualidade social que o Ministério da Educação procura formar gestores escolares com o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica.

Também no âmbito da gestão municipal, como todos passaram pela escola — nem todos foram para o hospital, nem todos foram para a fábrica — todo mundo se sente no direito de opinar. Devemos sim escutar o que a sociedade tem a dizer sobre a educação, sobre a escola, mas num processo organizado de participação. Não dá para debater a educação a partir do senso comum, "na minha época era

assim..." Existem pesquisas, estudiosos, universidades aprofundando cada vez mais a temática. Não estou dizendo que só o professor pode ser o gestor, mas digo que tem que ter delicadeza para escutar, para conhecer, para perceber a

**"A escola é que dá sentido aos materiais de formação, porque ela é que vai saber como usá-los"**

complexidade dos problemas. O MEC, junto com seus parceiros, tem acompanhado os dirigentes municipais de educação no final dos mandatos, construindo um memorial da gestão da educação municipal a ser passado ao próximo secretário,

procurando, assim, contribuir com a continuidade das políticas educacionais e construir uma transição republicana. Além disso, O Ministério está preparando a nova etapa do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime), que deve ser implementada nos primeiros meses de 2009, com o objetivo de fortalecer a atuação dos novos dirigentes.

Quanto mais os gestores da educação se profissionalizarem, com sólida formação teórica e campo de prática grande, menos os amadores vão palpitar dentro das escolas.

**O título da monografia de sua pós-graduação é "Espaço escolar e a formação docente: a formação em serviço e o papel do professor na sua concretização". A que conclusões você chegou com essa pesquisa?**

Eu não acredito em multiplicador e em nada que venha pronto para a escola, de cima para baixo, que não seja um desejo da instituição. Em minha opinião, a formação que funciona é a formação sobre problemas e necessidades que a escola vivencia naquele momento. Porque senão o professor faz o curso, acha muito bom, mas cai no esquecimento.

**O que falta?**

Não existe uma clareza por parte do professor de que ele é um profissional da educação e de que as dificuldades e problemas na aprendizagem dos seus alunos são problemas profissionais. Muitos ainda não saem do lugar de vítima e fazem um jogo de buscar culpados. Mas o professor não pode ser vítima, ele tem que ser protagonista profissional do projeto que a escola faz. Ficar sempre só procurando de quem é a culpa não resolve. E o MEC sabe que nenhuma mudança na educação será consistente sem o professor ou contra o professor. Por isto o foco na formação e na carreira docente.

Eu sou otimista. Já dizia Paulo Freire que as novas gerações chegam carregadas de otimismo e novas idéias, por isso o educador não pode se dar o direito de ser pessimista.



Foto: Julio Cesar Paes